



TERRITÓRIOS, TERRITORIALIDADES E IDENTIDADES: RELAÇÕES MATERIAIS, SIMBÓLICAS E DE GÊNERO NO CAMPO

TERRITORIES, TERRITORIALITIES AND IDENTITIES: MATERIAL RELATIONS, SYMBOLIC, AND OF GENDER IN THE COUNTRYSIDE

TERRITORIOS, TERRITORIALIDADES E IDENTIDADES: RELACIONES MATERIALES, SIMBÓLICAS Y DE GÉNERO EN EL CAMPO

Lívia Aparecida Pires de Mesquita

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás
Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais – LABOTER
E-mail: liviap.msqt@gmail.com

Maria Geralda de Almeida

Professora do Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás
Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais – LABOTER
E-mail: mgdealmeida10@gmail.com

RESUMO:

O território é entendido como um espaço apropriado e delimitado por relações de poder e constituído por relações materiais e simbólicas, as quais fornecem elementos para o desenvolvimento de territorialidades e para a constituição de identidades de homens e mulheres. No território da produção familiar, a divisão sexual do trabalho e dos espaços causa a invisibilidade do trabalho feminino na esfera produtiva, fato que influencia na construção da identidade da mulher rural. Todavia, as mulheres exercem suas territorialidades em ambos os espaços e suas atividades produtivas e reprodutivas são fundamentais para a vivência e a permanência da família no campo. Nesse sentido, propõe-se analisar as territorialidades e a identidade territorial dos sujeitos do campo e averiguar como essa discussão contribui para o reconhecimento da identidade da mulher rural. Para o desenvolvimento do artigo utilizou-se de pesquisa teórica sobre: território, territorialidade; identidade, gênero e espaço doméstico.

Palavras-chave: Território rural; produção familiar; relações de poder; mulher rural.

ABSTRACT:

The territory is understood as an appropriate space, delimited by power relations, and constituted by material and symbolic relations which provide elements to the territorialities development and for forming men and women identities. In the territory of familiar production, the sexual division of labor and of spaces causes the 'invisibility' of women's work in the productive sphere, fact that influences on the construction of the rural women's identity. However, women exercise their territorialities in both spaces and their productive and reproductive activities are fundamental to the family's livingness and permanence in the countryside. In this sense, it proposes to analyze the territorialities and the territorial identity of the subjects of the countryside and ascertain how this discussion contributes to the recognition of rural woman's identity. To the development of this research, have been taken theoretical research about: territory, territoriality, identity, gender and domestic space.

Keywords: Rural territory; familiar production; power relations; rural woman.

RESUMEN:

El territorio se entiende como un espacio apropiado y delimitado por relaciones de poder y constituido por relaciones materiales y simbólicas, las cuales proveen elementos para el desarrollo de territorialidades y para la constitución de identidades de hombres y mujeres. En el territorio de la producción familiar, la división sexual del trabajo y de los espacios causa la invisibilidad del trabajo femenino en la esfera productiva, hecho que influencia la construcción de la identidad de la mujer rural. Sin embargo, las mujeres ejercen sus territorialidades en ambos espacios y sus actividades productivas y reproductivas son fundamentales para la vivencia y permanencia de la familia en el campo. En ese sentido, se propone analizar las territorialidades y la identidad territorial de los sujetos del campo y averiguar cómo esa discusión contribuye al reconocimiento de la identidad de la mujer rural. Para el desarrollo del artículo se ha realizado investigación teórica sobre: territorio, territorialidad, identidad, producción familiar, género y espacio doméstico.

Palabras clave: Territorio; producción familiar; relaciones de poder; mujer rural.

1 INTRODUÇÃO

O território rural é marcado por intensas e complexas relações de poder. Esse poder pode ser caracterizado por relações políticas e econômicas no espaço, de ordem material, e também por constantes relações simbólicas e afetivas. Estas relações favorecem a constituição das identidades e territorialidades de quem vive no/do campo.

Para o homem e a mulher que trabalha e vive na/da terra, o seu território é um espaço necessário para produção e reprodução familiar, em sentido biológico, social, político e cultural. E além de local de vida, o território nesse contexto, está relacionado à representação do ser social enquanto agricultores e agricultoras¹.

A identidade desses sujeitos que vivem no/do campo é permeada pelas relações que eles estabelecem entre si e com o território. Todavia, culturalmente, a divisão sexual e social do trabalho no meio rural, associado às desigualdades de gênero, atribui papéis diferenciados para cada um dos sexos. Essa divisão de papéis, geralmente, leva ao não reconhecimento da identidade da mulher enquanto agricultora ou trabalhadora rural - seus afazeres na esfera doméstica não geram renda e, nas tarefas relacionadas à produção são considerados, na maioria das vezes, apenas como ajuda. A partir desses pressupostos, o propósito desse artigo é analisar as territorialidades e a identidade territorial de homens e mulheres que vivem no/do campo e como essa discussão favorece o reconhecimento da mulher como agricultora, trabalhadora rural.

Para alcançar o objetivo proposto foram realizadas leituras e fichamentos sobre: a) território, como base em autores como: Raffestin (1993), Giménez (2000), Santos (2002), Gomes (2005), Almeida (2005 e 2009) e Haesbaert (2009); b) territorialidade em Gómez, (2001), Bonnemaïson (2002) e Cruz (2007); c) identidade e identidade territorial recorreu-se a Penna (1992), Castells (1999), Haesbaert (1999), Cruz (2007) e Pollice (2010); d) o entendimento de gênero e espaço doméstico deveu-se aos autores: Scott (2005), Collignon (2010) e Velasco (2012).

A categoria geográfica território, por destacar as relações poder e as relações materiais e simbólicas constituídas no espaço pelos sujeitos, foi adotada para discutir a forma como homens e mulheres apropriam-se do espaço rural e estabelecem suas relações. E optou-se pela categoria de gênero, pois esta permite compreender os papéis e as diferenças existentes entre homens e mulheres com base nas construções sociais e culturais de cada sociedade e não apenas pelas suas características biológicas.

¹ O termo agricultor(a) é utilizado neste artigo para referir-se a homens e mulheres que trabalham e vivem na/da terra, sejam eles(as) camponeses(as), agricultores(as) familiares ou assentados(as).



Inicialmente realizou-se uma discussão sobre território e territorialidade, objetivando a análise das relações cotidianas desenvolvidas na produção familiar. A categoria de gênero foi utilizada para abordar as relações de poder estabelecidas entre os sexos, a divisão sexual do trabalho e sua influência na construção das territorialidades femininas. Por fim, abordou-se a identidade do homem e da mulher rural, destacando a relação de pertencimento dos sujeitos com o seu território, o que constitui a sua identidade territorial.

2 TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES: OS SUJEITOS DO CAMPO

[...] Território é o lugar em que desembocam todas as relações, todas as paixões e todos os poderes, todas as forças e todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina tornada capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar. (SANTOS, 2002, p. 9).

As categorias e os conceitos geográficos como espaço, território, lugar e paisagem, permitem uma melhor compreensão da realidade que se pretende estudar, visto que descortinam à luz das suas distintas e complementares interpretações, o conteúdo multifacetado dessa realidade. O território, utilizado na Geografia e em outras ciências como Sociologia, Filosofia, Economia, entre outros, é abordado por diversas perspectivas, que valorizam suas características, políticas, econômicas, sociais e culturais. No presente artigo, busca-se utilizar território para destacar as relações sociais, políticas e culturais que os homens e as mulheres do campo estabelecem com o espaço ao longo do tempo.

De acordo com Villalobos (2012), não existe uma definição única dos conceitos de espaço, território e territorialidade, uma vez que cada autor tem sua própria visão, e nenhuma ciência, por si só, consegue abarcar e entender esses temas em totalidade. Para isso, o autor afirma que é necessário um enfoque multidisciplinar, em que diversas perspectivas se convergem para um objetivo central, que é a compreensão dos conceitos e das categorias básicas, com vistas ao enriquecimento da análise sobre a realidade. Nesse sentido, para entender as diversas visões sobre o território e a territorialidade da/na produção familiar, concordamos com Villalobos (2012) sobre a necessidade de realizar uma leitura ampla desses conceitos e categorias na Geografia e, também, em outras ciências.

Nos estudos geográficos são várias as definições de território, embora algumas sejam mais utilizadas do que outras, juntas contribuem para abarcar a complexidade dos fenômenos. Almeida (2005), em estudo sobre as noções de fronteira, territórios e territorialidade na construção do Lago



da Usina Hidrelétrica Serra da Mesa, considera que há uma imprecisão do sentido de território. A autora, dessa forma utiliza várias acepções do termo que vão desde um espaço político delimitado pelo poder, até um espaço efêmero de grupos sociais.

Nessa perspectiva, Saquet (2005), ao abordar a dialética de pensamento e do território, cita elementos e/ou aspectos centrais sobre a constituição do território, são eles: as redes de circulação e comunicação, as relações de poder e a formação de identidades. Observa-se que as relações de poder, a apropriação e as relações identitárias são inerentes ao conceito de território.

Autores como Gómez (2001), Saquet (2005) e Almeida (2009) abordam o território como um espaço relacional, que inclui relações de poder e de pertencimento, espaço material e movimentos. Segundo Gómez (2001), ao tratarmos de território, assumimos a existência de um espaço geográfico e de um sujeito que exerce uma relação de poder sobre ele. E a relação de pertencimento ou de apropriação não se refere apenas aos vínculos de propriedade, mas também aos laços subjetivos de identidade e afeto existentes entre o sujeito e o seu território. E é por essa perspectiva, que buscamos analisar a relação entre os homens e as mulheres do campo e destes com o espaço em que vivem.

A forma que o território é percebido, nomeado, configurado, representado e apropriado por um sujeito ou uma coletividade é um processo cultural, que também tem relevância para estabelecer limites e possibilidades de ação social. Neste contexto “el espacio adquiere categoria de território a través de un proceso de representación espacial”. (ASKENAZI, 2010, p. 294).

Deste modo, concorda-se com Haesbaert (2009) que espaço e território não podem ser compreendidos separadamente, uma vez que sem espaço não há território, afirmação anteriormente já feita por Raffestin (1993).

[...] o espaço é a expressão de uma dimensão da sociedade, em sentido amplo, priorizando os processos em sua coexistência/simultaneidade, o território pode ser definido a partir de uma abordagem sobre o espaço que coloca em foco ou privilegia as problemáticas de caráter político ou aquelas que envolvem a manifestação e/ou realização das relações de poder sob suas múltiplas esferas. (HAESBAERT, 2009, p. 105).

Raffestin (1993) salienta que é a partir do espaço que se forma o território, oriundo de uma ação conduzida por um ator, que ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, territorializa-o. O território se constitui pelo trabalho (energia e informação) executado em um espaço, marcado por relações de poder, que podem ser políticas, econômicas e/ou culturais. Ele ressalta “[...] o espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si.” (RAFFESTIN, 1993, p. 144, grifos do autor).



Corroborando com Raffestin, Giménez (2000) aponta que o território é entendido como um espaço apropriado e valorizado pelas representações e pelo trabalho, é uma produção, a partir do espaço, inscrita no campo do poder. O espaço, para o autor teria uma relação de anterioridade em relação ao território, que se caracterizaria, pelo seu valor de uso, como um “campo de possibilidades”.

Bonnemaison (2002, p. 129) também salienta a relação entre espaço e território e a necessidade de não os pensar de forma dissociada. Conforme o autor, “[...] o espaço é errância, o território é enraizamento. O território tem necessidade de espaço para adquirir o peso e a extensão, sem os quais ele não pode existir; o espaço tem necessidade de território para se tornar humano [...]”.

Diante dessas colocações, temos como pressuposto que o território é concebido das múltiplas relações de poder desenvolvidas no espaço. E esse poder pode ser de ordem mais material, relacionado às relações econômicas e políticas e/ou um poder mais simbólico das relações de ordem cultural. De tal modo que não há territórios puramente funcionais e nem territórios meramente simbólicos. Há os territórios com cargas mais funcionais e outros mais simbólicos, mas em ambos há relações de poder (HAESBAERT, 2004), o que já afirmamos no início deste artigo.

Nessa linha de raciocínio, Cruz (2007) salienta que território é a mediação das relações de poder no espaço, e realiza-se em diferentes escalas e dimensões, de forma concreta e simbólica. Ele ressalta:

[...] Cada território se constrói por uma combinação e imbricação única de múltiplas relações de poder, do mais material e funcional, ligado a interesses econômicos e políticos, ao poder mais simbólico e expressivo, ligado às relações de ordem mais estritamente cultural. (CRUZ, 2007, p. 23).

No território rural, a luta por acesso à terra e às políticas públicas, as relações de gênero e as relações identitárias são marcadas por relações de poder materiais e simbólicas, que modificam os espaços, incorporando novas territorialidades e formas de vivências.

O território também é constituído por relações de pertencimento. O homem e a mulher que vivem no meio rural possuem uma relação afetiva com a terra, pois é no labor que esses sujeitos produzem e se reproduzem social, cultural e biologicamente. Destarte, o território é “[...] o resultado da valorização e da apropriação do espaço, contendo uma valorização simbólica, identitário-existencial [...]”. (ALMEIDA, 2005, p. 112).

O território tem valor para os sujeitos. Não apenas em relação a sua contribuição para sanar as necessidades econômicas, sociais e políticas, mas também como um portador de referências

simbólicas e culturais de homens e mulheres que ali vivem. De tal modo, as práticas e as relações materiais e simbólicas estabelecidas entre os sujeitos e o território vão constituir suas territorialidades.

As territorialidades são discutidas neste artigo a partir das contribuições de Gómez (2001), Raffestin (1993) e Bonnemaïson (2002). O primeiro autor considera a territorialidade como um conjunto de práticas que se expressam material e simbolicamente no espaço e possibilitam a apropriação e a permanência de um sujeito social ou coletivo no território.

Já Raffestin (1993) salienta os conjuntos de relações, mediadas pelo poder, que os sujeitos mantêm com os outros e com a exterioridade para constituírem suas territorialidades. Para o autor “a territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas [...] É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores.” (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

Abordagem semelhante, mas em uma perspectiva cultural, é feita por Bonnemaïson (2002, p. 107), para quem a territorialidade é a expressão do vivido, que engloba a relação que sujeitos estabelecem com o território e com o espaço externo, “é uma oscilação contínua entre o fixo e o móvel, entre o território ‘que dá segurança’, símbolo de identidade, e o espaço que se abre para a liberdade, às vezes também para a alienação.”

Diante das definições dos autores citados acima (GOMÉZ, 2001; RAFFESTIN, 1993; BONNEMAISON, 2002), compreende-se as territorialidades do homem e da mulher do campo como um conjunto de práticas cotidianas - sociais, econômicas e culturais - e de relações simbólicas e materiais que são estabelecidas entre os sujeitos e o território. Relações e práticas que contribuem para o modo de ser agricultor e agricultora e para garantir suas vivências e permanência no meio rural. Todavia, as relações estabelecidas pelos sujeitos, dentre elas as relações de gênero, influenciam na forma como a mulher se apropria e vivencia determinados espaços, questões que serão discutidas a seguir.

3 RELAÇÕES DE GÊNERO E TERRITORIALIDADES FEMININAS

El género produce territorialidades del mundo y del cuerpo – que sin ser límites físicos no por eso son menos activos – al incorporar y expulsar, aceptar y rechazar, liberar y confinar a los sujetos a determinados espacios sociales, pero, sobre todo, al establecer su permanencia y movilidad en y a través de esos mismos espacios [...] (VELASCO, 2012, p. 287).

Como já abordamos anteriormente, as relações políticas, econômicas, sociais e culturais definem formas de apropriação e uso do espaço, permitindo aos sujeitos estabelecer diferentes



territorialidades. E dentre as relações estabelecidas no território destaca-se as de gênero que, baseadas em uma cultura patriarcal, produzem uma distribuição desigual de autoridade, de poder e prestígio entre homens e mulheres. De tal modo, como afirma Veslaco (2012), as territorialidades também se constituem e são atravessadas real e simbolicamente pela experiência de gênero. Nesse sentido, pretende-se abordar como as relações de gênero contribuem para a formação das territorialidades femininas no território rural.

A discussão de gênero visa rejeitar o determinismo biológico, para caracterizar as diferenças entre homens e mulheres, e acentuar o caráter social dessas distinções baseadas no sexo. Além disso, o uso do conceito de gênero possibilita romper com a lógica de que homens e mulheres ocupam polos opostos, com uma relação de dominação-submissão, e demonstrar que a oposição existente entre os sexos é construída, não fixa e natural. Concorda-se com Scott (1995) que gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, sendo este uma forma primeira de dar significado às relações de poder.

Seguindo a lógica defendida por Scott (1995), de que toda relação de gênero é uma relação de poder, a divisão de trabalho e as relações entre homens e mulheres é um produto social que legitima as relações de poder, e estas são responsáveis pela definição das territorialidades ditas femininas e masculina no território rural.

A territorialidade, como uma construção social, também se estabelece e é atravessada real e simbolicamente pelo gênero (VELASCO, 2012), uma vez que implica e orienta certos usos e comportamentos, dependendo de quem é o sujeito que ocupa determinado espaço.

Nessa perspectiva, esta autora (2012) pontua que não há território, nem territorialidade sem limites, seja material ou metafórica. No entanto, esses limites não são fixos ou estáveis, estão em constante movimento e construção, graças às relações sociais, culturais e políticas que os constituem. E quando se fala de territorialidades masculinas e femininas, estas são marcadas por imposições e normas criadas pela sociedade da cultura patriarcal que dicotomiza os espaços, e estes passam a excluir determinados sujeitos dependendo do seu gênero, classe, sexo e raça.

Essa dicotomia dos espaços e a conseqüente relação de poder presente nos mesmos têm-se modificado pelas lutas dos movimentos sociais em busca de igualdade de direitos e com o aumento da inserção das mulheres na esfera pública. Todavia, ainda há determinados espaços em que a relação desigual de gênero impõe a autoridade de uns sobre os outros e, geralmente, a mulher é a mais prejudicada, pois a importância do seu trabalho em determinadas esferas é negada e/ou vista como menor que a do homem.

A divisão sexual do trabalho, de acordo com Bourdieu (2007) tem influência nas relações de dominação dos homens sobre as mulheres. Ela está presente nas práticas cotidianas, na ocupação e divisão do espaço, na divisão do tempo, ou seja, no *habitus* de cada sujeito o que de fato permite que essa relação pareça natural.

No meio rural, o roçado, o curral por serem espaços onde se realiza o trabalho dito produtivo, que gera renda monetária é o território do homem, enquanto os espaços domésticos da casa e o quintal são os territórios femininos. Neles as mulheres realizam o trabalho reprodutivo que corresponde a cuidar dos afazeres domésticos, da casa, dos filhos, dos pequenos animais e da horta familiar. Essas tarefas são pouco valorizadas devido a escassa ou nenhuma participação na geração de renda monetária. E, em algumas famílias a mulher procura assumir sozinha ou com a ajuda das filhas as responsabilidades da tranquilidade do lar, por medo de perder o domínio no espaço doméstico que a mesma considera como sendo seu, onde tem maior liberdade para exercer sua territorialidade.

O espaço doméstico foi por muito tempo despercebido até mesmo pelas e nas pesquisas Geográficas. Collignon (2010), com o objetivo de apresentar o ambiente doméstico como uma possibilidade de pesquisa para a Geografia, justifica que os espaços domésticos, principalmente até a década de 1970, eram considerados como não pertencentes à escala de estudos Geográficos. Acreditava-se que a escala micro não poderia ser a escala da Geografia e os estudos da esfera íntima não competiam ao âmbito dessa ciência.

Só a partir dos anos de 1980 o espaço doméstico começa a chamar atenção de geógrafas e geógrafos, por parte da geografia feminista, com autoras como Mona Domosh² e da geografia humanista, com Jacques Pezeu Massabuau³ e Yi-Fu Tuan⁴. As geógrafas feministas buscavam mostrar que a desigualdade de gênero se expressava na forma como se estruturava a sociedade, e os espaços domésticos começam a ser analisados como espaços de reclusão das mulheres. Nessas análises as atenções voltaram-se para as relações entre o interior e o exterior; entre o âmbito privado familiar e o público do trabalho e das relações sociais. O interesse estava na forma em que a casa, entendida como uma “caixa”, era definida por alguns (homens) como lugar predileto dos demais (mulheres), e como se os outros lugares não fossem para elas. (COLLIGNON, 2010).

Para essa autora (2010), os estudos dos espaços domésticos podem nos ajudar a compreender as modalidades de construção da dimensão espacial da sociedade. Uma vez que evidencia o primeiro espaço da experiência do ser no mundo de praticamente qualquer ser humano.

² DOMOSH, Mona. Geography and gender: home again? **Progress in Human Geography**, vol. 22, nº 2, 1998. p. 276-282.

³ PEZEU-MASSABUAU, Jaques. *La Maison Japonaise*. Paris: Publications orientalistes de France, 1981.

⁴ TUAN, Yi-Fu. *Cosmos y hogar: un punto de vista cosmoplolita*. Minneapolis: University of Minnesota Press. 2005.



E, por ser um espaço onde as mulheres exercem suas territorialidades, é importante para demonstrar o quão necessário é o seu trabalho para a sobrevivência da família.

No meio rural as atividades desempenhadas pelas mulheres são fundamentais para a produção e a reprodução da família. E, diferente dos homens que se dedicam inteiramente ao trabalho agrícola, as mulheres combinam diferentes modalidades de trabalho desdobrando-se entre os afazeres domésticos e agrícolas, entre a casa, o quintal e o roçado. Elas também realizam outras atividades, como o processamento de alimentos (queijos, requeijão, bolos, doces, farinha de mandioca, polvilho, açafraão). A produção desses alimentos traz uma importante contribuição para a sobrevivência das famílias, uma vez que se destina primordialmente ao consumo familiar. Porém, quando há excedentes eles são comercializados, gerando renda monetária para a família. Destarte, a mulher estabelece suas territorialidades tanto nos espaços reprodutivos, como nos produtivos.

A territorialidade feminina se constrói cotidianamente pela apropriação simbólica e afetiva do espaço e pelas relações de poder e também de solidariedade estabelecidas com os sujeitos. As mulheres, com os seus conhecimentos e experiências usam e controlam o território em busca de melhor qualidade de vida para a sua família.

Conclui-se que é por meio das territorialidades constituídas no território rural que homens e mulheres elaboram suas práticas, formas de vivências, e se identificam como um grupo social. Na próxima seção realiza-se uma breve discussão sobre a constituição da identidade desses sujeitos e a influência dos papéis sociais na definição da identidade da mulher rural.

4 IDENTIDADE E TERRITÓRIO: RELAÇÕES MATERIAIS E SIMBÓLICAS NO MEIO RURAL

[...] a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato fixo, estável, permanente e definitivo, nem tampouco é completamente coerente, unificada, mas sim instável, contraditória, inacabada e contingente. É uma construção, um processo de produção relacional de significados sociais e culturais de uma determinada posição-de sujeito, construída historicamente no movimento das relações de poder na sociedade [...] (CRUZ, 2007, p. 22).

A relação estabelecida entre os sujeitos e o seu território, as formas de apropriação do espaço e seu processo de produção, o sentimento de pertencimento à terra, à uma comunidade, contribuem para a formação da identidade. Neste contexto, pretende-se abordar as identidades de homens e mulheres rurais, enfatizando a mulher rural.

O conceito de identidade é entendido por Castells (1999), como a fonte de significados e de experiência de um povo, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados. Para o autor as



identidades são construídas socialmente, pelas vivências pessoais e coletivas dos sujeitos, e estas são reorganizadas de acordo com as tendências sociais e os projetos culturais enraizados na sociedade e de acordo como a sua visão do tempo e do espaço.

As identidades são construídas no cotidiano, nas relações estabelecidas entre os sujeitos e destes, com o espaço em que vivem. De acordo com Cruz (2007), a identidade é uma construção histórica e relacional das acepções sociais e culturais que levam a identificação ou distinção de um sujeito ou de um grupo. Portanto, a identidade só pode ser compreendida por meio da relação com o outro. Não é possível compreender a identidade de qualquer grupo social analisando apenas o seu modo de vida, as suas práticas culturais, uma vez que as identidades e os sentimentos de pertença são construídos de forma relacional, contrativa e, até mesmo, conflitiva. As identidades, não são completamente determinadas, fixadas, são dinâmicas, construídas pelas representações simbólicas e subjetivas e pela experiência social materializada no espaço.

Diante das afirmações de Cruz (2007) e Castells (1999), nota-se que a identidade de homens e mulheres que vivem no campo são reafirmadas na relação com o outro, por meio de uma afirmação/negação do sujeito enquanto ser social. Sendo assim, as relações com o outro e com o meio em que vivem, os aspectos simbólicos e culturais vividos no território, a história individual e coletiva de cada sujeito - o modo de morar, plantar, cuidar, colher, falar - revelam suas características identitárias.

E é por meio da relação que os sujeitos do campo estabelecem com o seu território que há a formação de uma identidade territorial. Esse termo é discutido por Haesbaert (1999) como uma identidade social definida pela apropriação simbólica e concreta de um território, que se constitui pelos processos de identificação social. Para este autor, não há territórios que não despertem em seus habitantes algum tipo de identificação e valoração simbólica, sejam elas positivas ou negativas.

A construção de uma identidade territorial, de acordo com Cruz (2007), implica dois elementos: o espaço de referência identitária e a consciência socioespacial de pertencimento. O primeiro refere-se ao espaço concreto e simbólico onde se desenvolve uma identidade social e cultural. E o segundo elemento constitui-se pelo sentimento de pertencimento, os laços de solidariedade e de auto reconhecimento do indivíduo ou grupo em relação a um território.

No meio rural, homens e mulheres, ao se apropriarem de um território com um espaço de referência identitária, criam o sentimento de pertencimento à terra, pois têm a convicção que dela tiram o seu sustento. Assim, aprendem sobre o trabalho agrícola, sobre as plantas, os animais e cultivam seus sonhos e sua cultura.



É por meio dessa relação com a terra e com o território que esses(as) agricultores(as), trabalhadores(as) rurais utilizam de diversas fontes de renda e de trabalho, constituem seus espaços e combinam espécies e variedades de vegetais. E dessa maneira organizam a produção e a vida social e cultural, com base em modelos de saber e de conhecimentos construídos pela família e apreendidos no decorrer da sua formação cultural. As territorialidades construídas de acordo com o modo de vida, as vivências, as experiências e as necessidades de cada grupo familiar favorecem a constituição identitária de homens e mulheres do campo. Deste modo, concorda-se com Pollice (2010), que a identidade territorial norteia os processos de territorialização e estes mesmos processos reforçam a identificação entre o sujeito e o seu espaço vivido.

A identidade territorial é construída relacional e historicamente, já que está ligada ao imaginário social dos sujeitos, que se apropriam materialmente e simbolicamente de um determinado espaço. É na relação com o território que conhecimentos são aprendidos e ressignificados pela vivência cotidiana e pelas relações simbólicas. O trabalho na terra, o cultivo dos quintais, do roçado, o cuidado com os animais, com a casa, as manifestações religiosas, os fazeres e os saberes, são evidências da identidade territorial de agricultores e agricultoras.

No entanto, ao abordamos a identidade territorial desses sujeitos do campo é importante salientar a influência dos papéis sociais, definidos historicamente e culturalmente e desempenhado pelos diferentes sexos na definição da identidade territorial da mulher rural.

Castells (1999, p. 23), em sua abordagem sobre a diferença entre identidades e papéis, afirma que “os papéis são impostos, definidos por normas de instituições e organizações sociais, com o objetivo de influenciar o comportamento dos indivíduos” E a identidade é construída pelo processo de individuação e se constitui de fontes de significados para os sujeitos. “[...] identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções [...]”

Os papéis que são impostos cultural e historicamente para os diferentes sexos, atribuem à mulher o papel de mãe e dona de casa. Já o homem assume o papel de provedor da família, sendo lhe reservado as atividades de maior valia. Essa divisão de papéis leva à gratuidade do trabalho da mulher na produção familiar e, conseqüentemente, influencia na construção da sua identidade.

As relações desiguais de gênero passadas de geração em geração e transmitidas culturalmente se encontram naturalizadas no modo de vida de muitas famílias tanto no campo quanto na cidade. Realidade que leva muitas mulheres a acreditarem que o seu lugar é na esfera doméstica, por se sentirem menos capazes de realizar as tarefas fora de casa, e também por serem as únicas responsáveis pelo cuidado doméstico. Esse modo de pensar encontra-se fortemente enraizado na mente das mulheres do meio rural. Dessa forma, elas próprias não se reconhecem como

agricultoras, trabalhadoras rurais.

Penna (1992), ao realizar uma discussão sobre a identidade social, como destaque para a identidade regional nordestina, levanta quatro hipóteses sobre a questão do que faz ser nordestino: a) a naturalidade - a identidade dada pelo local de nascimento; b) vivência - experiência de vida na região; c) cultura – as práticas culturais e d) a autoatribuição - como o indivíduo se define, se reconhece.

Após testar as hipóteses, Penna (1992) ressalta a necessidade de buscar enquanto referencial identitário os elementos socialmente importantes e significativos para o indivíduo ou o grupo. Segundo esta autora, não é possível o pesquisador “deduzir” a identidade do sujeito ou do grupo apenas pela sua objetividade, ou seja, suas práticas, modos e vidas. Ela alerta que o modo de perceber do(a) pesquisador(a) sobre essas características pode não ser a mesma do próprio indivíduo ou do grupo. Penna (1992, p. 72), cita também a memória como importante para o suporte da identidade, “[...] ela seleciona informação, conhecimentos e experiências, articulando de forma inteligível (dando-lhes significado e valor) os aspectos multiformes do vivido [...]”.

Diante dessas considerações, concordamos com Penna (1992) ao afirmar que a identidade não pode ser deduzida apenas pelos dados objetivos. A identidade do sujeito é também resultado da definição tanto interna, quanto externa, ou seja, o modo como nós reconhecemos e como somos reconhecidos pelos outros.

Segundo Cruz (2007), a busca pela afirmação de uma identidade, com o objetivo de manter visível a especificidade de um grupo ou de um indivíduo, denota que a definição de uma identidade está também sujeita as relações de poder. Destarte, “[...] a construção das identidades pode servir tanto para a manutenção e a legitimação das relações de poder hegemônicas na sociedade, quanto para subvertê-las [...]”, possibilitando a produção de novas identidades. (CRUZ, 2007, p. 20).

A identidade da mulher, como discutido anteriormente, é uma construção social e cultural. E no meio rural essa identidade e suas significações são permeadas por características próprias e derivadas das relações com os demais sujeitos e com a terra. Deste modo, a mulher rural além de mulher carrega os traços identitários do seu espaço de vida: é mulher e é agricultora. Dessa forma, acredita-se que a construção da identidade das mulheres e a sua valorização como agricultora, trabalhadora rural, incita processos de mudanças nas relações desiguais de gênero. Essa identidade construída possibilita o propósito de subverter a ordem hegemônica da cultura patriarcal presente no cotidiano das mulheres do campo.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território rural é para o homem e a mulher do campo um local de trabalho e de vida. E ter acesso a este, apropriar-se de um pedaço de terra está diretamente ligado à continuidade da reprodução do patrimônio familiar. Quando os indivíduos se apropriam de forma simbólica e funcional do espaço estabelecendo relações políticas, econômicas e culturais constroem suas territorialidades e identidades constituindo novos territórios.

A identidade por sua característica histórica e social é construída de acordo com as práticas cotidianas vivenciada no tempo e no espaço por cada sujeito ou grupo social. E é a relação estabelecida com o território que confere à mulher e ao homem do campo uma identidade territorial.

Todavia, a divisão sexual do trabalho e dos espaços - com base na cultura patriarcal ainda presentes no modo de vida de muitas famílias no meio rural - influencia no modo como é definido os papéis e como é visto as atividades desempenhadas pela mulher nos espaços produtivos e reprodutivos. Geralmente há uma invisibilidade e uma desvalorização do trabalho da mulher rural fato que dificulta o seu reconhecimento como agricultora e desconsidera suas territorialidades construídas nos espaços do roçado, do quintal e do curral.

Como afirmamos neste artigo, as identidades não são fixas e estáveis, mas estão sempre em construção. Dessa forma, destaca-se a importância de reconhecer e valorizar o trabalho feminino nos espaços produtivos e no espaço doméstico, para que própria mulher se reconheça como uma agricultora, uma trabalhadora rural, que tem o direito de construir e vivenciar suas territorialidades em ambos os espaços.

Conclui-se, com base nas contribuições de Almeida (2013), que é necessário que a Geografia penetre no invisível presente nas territorialidades dos sujeitos rurais para fazê-lo visível, uma vez que a realidade não é apenas o que se vê. É importante “saber olhar o que não se vê.” Isso implica em compreender além das aparências expostas no cotidiano, do que é visível nas relações entre homens e mulheres. Esta é a essência do desvelar o invisível, as dinâmicas das relações de poder e de gênero no território e a influência dessas relações na forma como a mulher rural vivencia e se apropria do espaço.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. G. de. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEGE**. Ano 2, n. 2 Fortaleza: ANPEGE, 2005 p. 103-114. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs-2.4.6/index.php/anpege08/article/view/86/46>>. Acesso em: ago. 2015.
- ALMEIDA, M. G. de. Diásporas: viver entre-territórios e entre-culturas? In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs). **Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 175-195.
- ALMEIDA, M. G. A Propósito do trato do invisível, do intangível e do discurso na Geografia Cultural. **Anpege**, Fortaleza. v. 9, n. 11, p. 41-50, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs-2.4.6/index.php/anpege08/article/view/289/RA11txt04>>. Acesso em: abr. 2015.
- ASKENAZI, L. H. El análisis cultural del espacio: contribución a una geografía crítica. In: CELIS, A. M. (Coord.). **Reflexiones sobre el espacio en las ciencias sociales: enfoques, problemas y líneas de investigación**. Cuajimalpa, México, 2010. p. 283-306.
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: Correa R. L.; ROSENDAHL, Z. **Geografia cultural: um Século (III)**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002.p. 83-131.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 160 p.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 21-92. 2 v.
- COLLIGNON, B. De las virtudes de los espacios domésticos para la geografía humana. In: LINDÓN, A; HIERNAUX, D. (Org.). **Los Giros de la Geografía Humana: desafíos y horizontes**. México: Anthropos, 2010. p. 201-240.
- CRUZ, V. C. Itinerários teóricos sobre a relação entre território e identidade. In: BEZERRA, A. C.A. et. Al. (Orgs.). **Itinerários Geográficos**. Niterói. EdUFF, 2007. p. 13-35.
- GENIS, A. D. **La construcción de la identidad en América Latina: una aproximación hermenéutica**. Montevideo: Nordan-Comunidad, 2004, p. 19-41.
- GIMÉNEZ, G. Territorio, culturas e identidades. La región sociocultural. In. BARBERO, J. M. et al. (Eds.). **Cultura y región**. Colômbia: Litocamargo. 2000, p. 87-132
- GOMES, P.C. da C. Sobre territórios, escalas e responsabilidade In: HEIDRICH, A. L. et. al. (Orgs.). **A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p. 37-45.
- GÓMEZ, G. M. Razón y pasión del espacio y el territorio. In: GÓMEZ, G. M. et al. (Orgs.) **Espacio y territorios: razón, pasión e imaginarios**. Bogotá: Unobiblos, 2001. p. 15-32.
- HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L (Org.). **Manifestações culturais no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 169-190.



HAESBAERT, R. Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 95-120.

PENNA, M. **O que faz ser nordestino**: identidades sociais, interesses e o “escândalo” Erundina. São Paulo: Cortez, 1992. p. 49-81.

POLLICE, F. O papel da identidade territorial no desenvolvimento local. **Espaço e Cultura**. UERJ, RJ. N.27, p.7-23, jan.-jun. 2010. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3539/2461>>. Acesso em: ago. 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. O Dinheiro e o território. In: SANTOS, M. et. al. (Orgs.). **Território e territórios**. Niterói, 2002. p. 09-15.

SAQUET, M. A. A abordagem territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e do território. In: HEIDRICH, A. L. et al. (Orgs.). **A emergência da multiterritorialidade**: a resignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p. 47-60.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99. Disponível em: <http://www.archive.org/details/scott_gender>. Acesso em: 28 set. 2010.

VELASCO, M. C. Territorialidad del género y generidad del territorio. In: RAMOS, M. E. R.; LARA, A. F. L. (Org.). **Explorando territorios**: una visión desde las ciencias sociales. México, 2012, p. 236-293.

VILLALOBOS, L. A. Una aproximación interdisciplinaria a los conceptos de espacio y territorio. In: RAMOS, M. E. R.; LARA, A. F. L. (Org.). **Explorando territorios**: una visión desde las ciencias sociales, México: UNAM-X, 2012. p. 48-80.

Recebido em 21 de novembro de 2016

Aprovado em 16 de março de 2017